

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	20
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	22
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	23
2.5 Medições não contábeis	24
2.6 Eventos subsequentes as DFs	25
2.7 Destinação de resultados	26
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	28
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	29
2.10 Planos de negócios	30
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	32
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	34
5.2 Descrição dos controles internos	40
5.3 Programa de integridade	42
5.4 Alterações significativas	46
5.5 Outras informações relevantes	47

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os dados financeiros referidos abaixo são extraídos de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Essas demonstrações financeiras foram preparadas sob a responsabilidade de nossa Administração, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Por fim, as informações incluídas neste item relativas ao nosso setor de atividade, indicadores financeiros, bem como as estimativas a respeito de participações de mercado, foram obtidos por meio de levantamentos internos, informações públicas e publicações sobre o setor. Foram incluídas informações de relatórios elaborados por fontes públicas oficiais, como o Banco Central do Brasil (BACEN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), dentre outras. As informações que constam dessas publicações são extraídas de fontes consideradas confiáveis, mas não podemos garantir a exatidão e a integridade dessas informações. Os referidos levantamentos internos e estimativas não foram objeto de comprovação independente.

Os valores apresentados na sequência deste documento estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia continua trabalhando na melhoria de sua eficiência operacional e no aumento da rentabilidade, além de enfrentar desafios relacionados à sua estrutura de capital, com o objetivo de reduzir alavancagem e fortalecer seu balanço patrimonial, além de abordar a manutenção diferida de motores. Os indicadores operacionais da GOL relacionados à pontualidade, regularidade, taxa de ocupação e uso diário da frota operacional demonstram seu foco em eficiência e produtividade, mesmo em um cenário de menor disponibilidade de aeronaves.

Apesar de um modelo operacional bem-sucedido, a Companhia vem enfrentando problemas de liquidez, desafios trazidos principalmente pela pandemia de COVID-19, alinhado com os impactos da indústria aérea globalmente, os quais sofreram interrupção sem precedentes em seus negócios. Consequentemente, a volatilidade no fluxo de caixa operacional causado pelo declínio substancial na demanda por viagens aéreas, resultando em impedimentos e redução dramática na receita e geração de caixa criou restrições significativas de liquidez e recursos durante a pandemia. Para administrar isso, a Companhia chegou a acordos para diferir determinados arrendamento, impostos e outras obrigações regulatórias, bem como obrigações financeiras relacionadas com a prorrogação e renovação dos vencimentos da dívida financiada.

O resultado foi a continuidade das operações dos negócios da Companhia, apesar desses desafios relacionados à pandemia, mas com um aumento substancial nos passivos diferidos e não pagos. Embora as operações da Companhia tenham se recuperado após a pandemia e, a partir de hoje, a Companhia possa financiar seus custos operacionais futuros e certos investimentos necessários através do fluxo de caixa operacional, muitos desses passivos legados e as obrigações diferidas de manutenção permanecem pendentes e exigem manutenção de fluxo de caixa.

A Companhia executou determinadas transações e empreendeu uma série de outros esforços para lidar com esses ventos contrários financeiros, muitos dos quais proporcionaram alívio temporário e liquidez muito necessária em momentos-chave. Vários fatores impulsionados pelo mercado continuam a agravar os desafios de liquidez da Companhia, incluindo os preços elevados dos combustíveis, a avaliação consistentemente baixa do Real brasileiro em relação ao dólar (afetando o tamanho dos custos em dólares em relação às receitas em reais), e o aumento das taxas de juros, entre outros. Interrupções persistentes na cadeia de suprimentos e capacidade restrita na indústria de manutenção, reparos e operação têm dificultado a obtenção

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

oportuna da manutenção necessária, levando ao acúmulo de manutenção requerida a curto prazo e custos relacionados. Atrasos na entrega de novas aeronaves programadas para 2023 têm impedido a Companhia de colocar novos aviões em serviço para compensar aqueles em manutenção, conforme descrito acima.

Como resultado, a Companhia reduziu o número de aeronaves operacionalmente prontas na frota, o que impossibilitou a Companhia de aumentar ou mesmo manter sua capacidade operacional. Essas limitações operacionais, por sua vez, reduziram a receita e a geração de caixa, exacerbando as restrições de liquidez e os desafios operacionais.

Em 25 de janeiro de 2024, a GOL e suas subsidiárias entraram com pedidos de reorganização voluntária sob as regras do Código de Falências do *Chapter 11* perante o Tribunal de Falências dos Estados Unidos do Distrito Sul de Nova York ("Tribunal de Falências"). O *Chapter 11* é um processo de reorganização supervisionado pelo tribunal que as empresas utilizam para levantar capital, reestruturar suas finanças e fortalecer suas operações comerciais a longo prazo, enquanto continuam a operar normalmente.

A reorganização voluntária tem como objetivo permitir que a Companhia se reorganize e melhore a liquidez, encerre contratos não lucrativos e modifique seus acordos para possibilitar lucratividade sustentável.

Como parte do *Chapter 11*, a Companhia continuará a operar seus negócios no curso normal, e o conselho e a administração permanecerão em seus cargos. Após o início do *Chapter 11*, os devedores obtiveram alívio do Tribunal de Falências para operar seus negócios no curso normal e pagar ou de outra forma honrar, a critério dos Devedores, certas obrigações anteriores à petição. Essas obrigações incluem, entre outras, determinados salários, benefícios e obrigações relacionadas a funcionários, impostos, seguros e o pagamento de certos fornecedores.

Em 28 de fevereiro de 2024, o Tribunal de Falências concedeu, de forma definitiva, a solicitação dos Devedores de acesso a até US\$1 bilhão de financiamento devedor-em posse ("DIP") de certos detentores de títulos garantidos e/ou seus designados, a ser utilizado para, entre outras finalidades, despesas designadas de capital de giro, necessidades corporativas gerais e custos relacionados à reestruturação.

Imediatamente após o início do *Chapter 11*, uma suspensão automática global de ações adversas de cobrança e execução por parte dos credores entrou em vigor nos termos da seção 362 do Título 11 do Código dos Estados Unidos (o "Código de Falências") para evitar, entre outros efeitos, que os credores dos Devedores exerçam medidas com relação às obrigações prévias à petição dos Devedores.

Como resultado do início *Chapter 11*, a realização de ativos e a satisfação de obrigações estão sujeitas a incertezas. Os Devedores, operando como devedores-em posse nos termos do Código de Falências, podem, sujeitos à aprovação do Tribunal de Falências, vender ou de outra forma dispor de ativos e liquidar ou resolver obrigações por montantes diferentes dos refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Para que a Companhia obtenha êxito do processo de reestruturação do *Chapter 11*, é crucial obter a aprovação do Tribunal de Falências para um plano de reorganização. Um plano de reorganização confirmado ou outro acordo pode alterar substancialmente os montantes e classificações nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

Um plano de reorganização determina os direitos e a satisfação de créditos de vários credores e partes interessadas e está sujeito ao resultado das negociações e decisões do Tribunal de Falências em curso até a data em que o plano de reorganização é confirmado.

A Companhia atualmente espera que qualquer plano proposto de reorganização incluirá, entre outras coisas, mecanismos para a resolução de reclamações contra os bens da Companhia, tratamento dos atuais detentores de capital e dívida da Companhia, bem como questões de governança corporativa e administrativa relacionadas à Companhia reorganizada.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Qualquer plano proposto de reorganização estará sujeito a revisões antes de ser submetido ao Tribunal de Falências, com base em discussões com os credores da Companhia e outras partes interessadas, e posteriormente, em resposta a objeções das partes interessadas e aos requisitos do Código de Falências e do Tribunal de Falências.

Nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em uma base contábil de continuidade, que contempla a realização dos ativos e a satisfação dos passivos e compromissos no curso normal dos negócios.

Como resultado do *Chapter 11*, as operações da Companhia e a capacidade de desenvolver e executar o seu plano de negócios, a sua condição financeira, liquidez e continuidade estão sujeitas a um elevado grau de risco e incerteza associados ao *Chapter 11*. O resultado do *Chapter 11* depende de fatores que estão fora do controle da Companhia, incluindo ações do Tribunal de Falências. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que possam resultar do desfecho desta incerteza.

A liquidez total (caixa equivalentes de caixa, aplicações financeiras de curto e longo prazo e contas a receber) totalizava R\$1.607,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.480,2 milhões em 31 de dezembro de 2022) e representava ao final de 2023, 8,6% das nossas receitas operacionais líquidas dos últimos doze meses (9,7% em 2022). Dado o cenário desafiador, a Administração tem se comprometido diariamente em honrar com os compromissos financeiros da Companhia e preservar a posição de caixa e liquidez. Em 31 de dezembro de 2023, o nosso índice de liquidez corrente, calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante era de 0,23 vezes, em comparação com 0,22 vezes em 2022.

A dívida bruta da Companhia, composta por empréstimos e financiamentos e arrendamentos, em 31 de dezembro de 2023 era de R\$20.024,9 milhões, em comparação com R\$23.191,8 milhões em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A seguir, apresentamos um sumário das contas patrimoniais consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Balanco Patrimonial Consolidado	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	323.928	169.035
Aplicações financeiras de curto prazo	315.901	404.113
Contas a receber	825.196	887.734
Depósitos de curto prazo	264.524	380.267
Aplicações financeiras de longo prazo	142.636	19.305
Depósitos de longo prazo	2.291.413	2.279.503
Imobilizado	9.187.700	9.588.696
Outros ativos de curto e longo prazo	3.374.896	3.241.632
Total de ativos	16.726.194	16.970.285
Empréstimos de curto prazo	1.261.554	1.126.629
Arrendamentos a pagar de curto prazo	1.739.642	1.948.258
Transportes a executar	3.130.772	3.502.556
Programa de milhagem de curto prazo	1.765.664	1.576.849
Empréstimos de longo prazo	9.322.035	10.858.262
Arrendamentos a pagar de longo prazo	7.701.733	9.258.701
Programa de milhagem de longo prazo	239.209	292.455
Outros passivos de curto e longo prazo	14.732.699	9.765.390
Total de passivos	39.893.308	38.329.100
Patrimônio Líquido	(23.167.114)	(21.358.815)

b. estrutura de capital

Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2023 nosso patrimônio líquido totalizava um déficit de R\$23.167,1 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido registrava um déficit de R\$21.358,8 milhões. A variação observada se dá principalmente devido ao reconhecimento do valor justo em transação relacionada ao ESSN e prejuízo do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social era representado por 3.200.601.904 ações, sendo 2.863.682.500 ações ordinárias e 336.919.404 ações preferenciais. A Abra Mobi LLP detinha 50,0% das nossas ações ordinárias e 18,7% das nossas ações preferenciais, enquanto a Abra Kingsland LLP detinha 50,0% das nossas ações ordinárias e 18,7% das nossas ações preferenciais e Abra Group Limited detinha 3,7% das nossas ações preferenciais, totalizando 52,7% do nosso capital social total. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha 50,6% de nossas ações preferenciais em circulação.

No dia 15 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia homologou a conversão voluntária de 210 ações ordinárias, em 6 ações preferenciais, 10 todas nominativas e sem valor nominal e sem alteração do valor do capital social da Companhia.

No dia 26 de julho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia homologou aumento de capital social no valor de R\$264, por meio da emissão de 85.827 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, decorrentes do exercício de opção de compra de ações outorgadas aos colaboradores elegíveis no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As participações percentuais de cada acionista indicadas na tabela abaixo estão baseadas na quantidade de 2.863.682.500 ações ordinárias e 336.919.404 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2023.

	Ordinária		Preferencial		Total	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
ABRA KINGSLAND LLP	1.431.841.250	50,00%	63.331.009	24,89%	1.495.172.259	46,72%
ABRA MOBI LLP	1.431.840.865	50,00%	63.331.008	24,89%	1.495.171.873	46,72%
AIR FRANCE - KLM	-	-	4.246.620	1,01%	4.246.620	0,13%
AMERICA AIRLINES, INC.	-	-	22.224.513	5,31%	22.224.513	0,69%
ABRA GROUP LIMITED	-	-	12.664.965	3,02%	12.664.965	0,40%
GOL LINHAS AEREAS	-	-	50.112	0,01%	50.112	0,00%
Outros	385	-	643.850	0,15%	644.235	0,02%
Mercado	-	-	170.427.327	40,70%	170.427.327	5,32%
Total	2.863.682.500	100,00%	336.919.404	100,00%	3.200.601.904	100,00%

- (1) No contexto das *Exchangeable Senior Notes 2024*, emitidas em 2019, a MOBI emprestou até 14.000.000 ADSs ao Bank of America Corporation, que opera o mecanismo de empréstimo de ADSs, a fim de facilitar as transações de derivativos negociados de forma privada ou outras atividades de hedge relacionadas às *Exchangeable senior notes*. Em 30 de setembro de 2023, há 4.477.760 ações preferenciais, equivalentes a 1,1% do total, dadas em garantia desta operação, que serão devolvidas ao MOBI no vencimento do *Exchangeable Senior Notes* ou no término do contrato de empréstimo. Como parte do fechamento das transações envolvidas na criação da Abra Group Limited, as ADSs foram transferidas para Abra MOBI LLP e Abra Kingsland LLP e parcialmente canceladas. Em 11 de agosto de 2023, foram canceladas 11.761.120 ADSs e as ações preferenciais subjacentes da GOL foram entregues às afiliadas da Abra. Atualmente, existem 2.238.880 ADSs em circulação sujeitas ao contrato de empréstimo de ADS com o Bank of America Corporation, que serão devolvidas no vencimento das *Exchangeable Senior Notes* ou na rescisão do contrato de empréstimo de ADS celebrado.
- (2) Refere-se a entidades jurídicas controladas pelos acionistas controladores (família Constantino).
- (3) No contexto do acordo entre o acionista controlador e os principais acionistas da Avianca, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a MOBI FIA transferiu 100% das ações ordinárias da Companhia para a Abra. Neste mesmo período, a Abra transferiu 50% das ações ordinárias da Companhia de sua propriedade para a Abra Kingsland LLP e 50% das ações ordinárias para a Abra MOBI LLP. A Abra detém 99,99% dos direitos econômicos da Abra MOBI LLP e Abra Kingsland LLP.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Capital de Terceiros

Não aplicável.

Estrutura de Capital

A tabela a seguir demonstra a nossa estrutura de capital em termos de participação do capital de terceiros sobre o nosso capital total em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos e financiamentos	(10.583.589)	(11.984.891)
Total arrendamentos a pagar	(9.441.375)	(11.206.959)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	323.928	169.035
(-) Aplicações financeiras	458.537	423.418
A - Dívida líquida	(19.242.499)	(22.599.397)
B - Total do patrimônio líquido negativo	23.167.114	21.358.815
C = (B + A) – Capital total	3.924.615	(1.240.582)

Dívida líquida = dívida total (curto e longo prazo) menos caixa total (caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras);

Capital total = dívida líquida + patrimônio líquido.

Possibilidade de Resgate de Ações

Informamos que não existe possibilidade de resgate das nossas ações, além das hipóteses legais.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Liquidez

Para administrar nossa liquidez, levamos em conta nosso caixa total, assim como saldos de nossas contas a receber. Nossas contas a receber são afetadas pelos prazos de recebimento de nossos recebíveis de cartões de crédito. Nossos clientes podem adquirir passagens efetuando pagamentos parcelados em cartões de crédito, normalmente gerando um intervalo de um a dois meses entre o pagamento de nossos fornecedores e despesas e o efetivo recebimento das receitas de nossos serviços. Quando necessário, obtemos empréstimos para financiar nosso capital de giro, os quais podem ser garantidos por nossos recebíveis, para financiar o ciclo venda-recebimento.

A tabela abaixo apresenta informações financeiras consolidadas utilizadas em análises de liquidez:

	2023	2022	Var. (23/22) %
Caixa e equivalentes de caixa	323.928	169.035	91,6%
Aplicações financeiras	458.537	423.418	8,3%
Contas a receber	825.196	887.734	(7,0)%
Liquidez Total	1.607.661	1.480.187	(8,7)%

Em 31 de dezembro de 2023, o “caixa total” (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras de curto e longo prazo) alcançou R\$782,4 milhões, compostos de R\$323,9 milhões de saldo de caixa e equivalente de caixa, R\$315,9 milhões em aplicações financeiras de curto e R\$142,6 milhões em aplicações financeiras de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2023, o nosso índice de liquidez seca, calculado pela divisão do somatório de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber registrados no ativo circulante pelo passivo circulante foi 0,12, ante 0,11 vezes em 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, tínhamos capital circulante líquido negativo de R\$9.973,3 milhões, devido a (i) aumento dos saldos de transportes a executar e programa de milhagem, em função da retomada das operações; (ii) investimentos em capital de giro, manutenção de frota e aquisição de aeronaves Boeing 737 MAX; e (iii) desembolsos efetuados para pagamento de arrendamentos e depósitos. Desde o início da pandemia global, e em resposta a esse cenário, adotamos com sucesso uma série de medidas para proteger nossa liquidez e posição de caixa, incluindo o ajuste de nossa malha aérea, a renovação e o diferimento de obrigações de curto prazo, incluindo dívidas e certas obrigações de arrendamento, reduzindo os custos fixos e variáveis. Continuaremos a tomar medidas com nossos fornecedores e contrapartes, os quais têm cooperado muito com nossos esforços, a fim de manter nossos custos baixos e preservar nossa liquidez.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Quando necessário, obtemos empréstimos para financiar nosso capital de giro, os quais podem ser garantidos por nossos recebíveis, para financiar o ciclo venda-recebimento. A Companhia uma posição de liquidez (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras de curto e longo prazo e contas a receber) que representava 8,5% de suas receitas operacionais líquidas dos últimos doze meses. A Companhia está comprometida em evitar pressão de vencimento de dívidas financeiras significativas em um horizonte de dois anos, para garantir patamares saudáveis de liquidez.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A estratégia da Companhia é depender principalmente de fluxos de caixa das operações para obter capital de giro para as operações correntes e futuras. Os fluxos de caixa operacionais da Companhia são afetados pela exigência de alguns contratos de arrendamento operacional de aeronaves, que estabelecem contas de reserva de depósito de manutenção para essas aeronaves, com fundos em níveis específicos. Os fundos serão retirados das contas de reserva de manutenção para o reembolso de certos gastos de manutenção estruturais incorridos. Acreditamos que os valores já depositados, e a serem depositados, adicionados de nossos próprios recursos de caixa, sejam suficientes para cobrir custos futuros com aeronaves e manutenção, pela duração dos respectivos arrendamentos operacionais.

A Companhia espera fazer os pagamentos relativos à aquisição de aeronaves utilizando recursos de empréstimos contratados por meio de linhas de crédito de curto prazo e/ou financiamento junto ao fornecedor e provenientes das receitas de nossas operações. Esperamos financiar o saldo do preço de aquisição das aeronaves do Boeing 737-MAX por meio de uma combinação de fontes, tais como disponibilidades decorrentes de nossas operações, contratos de financiamento bancário a juros baixos, operações de venda e arrendamento junto ao próprio comprador (*sale-leaseback*), ofertas de títulos de dívida ou capital e/ou financiamento junto ao fornecedor. Em 31 de dezembro de 2023 possuímos R\$473,2 milhões em saldo de adiantamento para aquisição de aeronaves.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nossos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estavam compostos da seguinte maneira:

	Consolidado												
	2022						2023						
	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortização de custos e ágio	Total	Circulante	Não circulante
Debêntures	640.046	431.973	1.072.019	886.000	-	(1.090.976)	164.954	(165.537)	-	585	867.045	347.614	519.431
Capital de giro	76.710	39.071	115.781	-	-	(76.417)	13.345	(13.934)	-	-	38.775	36.632	2.143
Financiamento de importação ESN 2024	77.193	-	77.193	-	-	(45.361)	8.415	(9.442)	(4.787)	-	26.018	26.018	-
	38.114	1.819.315	1.857.429	-	(14.894)	(1.639.173)	69.936	(56.007)	(26.525)	15	190.781	190.781	-
Spare Engine Facility	30.265	93.963	124.228	-	-	(115.171)	3.338	(4.686)	(8.057)	348	-	-	-
Credit Facility	-	-	-	104.377	-	(13.842)	2.199	-	146	-	92.880	92.880	-
Senior Notes 2025	98.919	3.372.353	3.471.272	-	-	(1.592.644)	138.950	(182.740)	(139.446)	5.772	1.701.164	48.352	1.652.812
Senior Secured Notes 2026	-	3.272.229	3.272.229	-	-	(2.007.389)	128.728	(125.675)	(101.462)	16.663	1.183.094	-	1.183.094
Senior Secured Amortizing Notes	121.111	882.168	1.003.279	220.634	-	(161.868)	46.242	(44.883)	(79.089)	7.605	991.920	479.148	512.772
Loan Facility	27.682	144.182	171.864	-	-	(159.198)	8.532	(10.191)	(12.274)	1.267	-	-	-
Senior Secured Notes 2028	-	-	-	7.363.736	-	(6.407.576)	740.357	(154.122)	(237.777)	-	1.304.618	4.346	1.300.272
ESSN 2028	-	-	-	6.923.269	(3.409.360)	-	284.107	(177.697)	(117.959)	-	3.502.360	21.921	3.480.439
Bônus perpétuos	16.589	803.008	819.597	-	-	(79.615)	61.857	(65.182)	(51.723)	-	684.934	13.862	671.072
Total	1.126.629	10.858.262	11.984.891	15.498.016	(3.424.254)	(13.389.230)	1.670.960	(1.010.096)	(778.953)	32.255	10.583.589	1.261.554	9.322.035

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Segue abaixo o quadro resumo dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2023:

Modalidade	Vencimentos	Taxa de Juros(*)	Moeda
Debêntures	06/2026	17,23% a.a.	Real
Capital de giro	10/2025	17,76% a.a.	Real
Financiamento de importação	05/2024	14,28% a.a.	Dólar Americano
ESN 2024	07/2024	3,75% a.a.	Dólar Americano
Spare Engine Facility	09/2024	6,00% a.a.	Dólar Americano
Credit Facility	11/2024	-	Dólar Americano
Senior Notes 2025	01/2025	7,00% a.a.	Dólar Americano
Senior Secured Notes 2026	06/2026	8,00% a.a.	Dólar Americano
Senior Secured Amortizing Notes	06/2026	4,76% a.a.	Dólar Americano
Loan Facility	03/2028	6,71% a.a.	Dólar Americano
Senior Secured Notes 2028	03/2028	18,00% a.a.	Dólar Americano
ESSN 2028	03/2028	18,00% a.a.	Dólar Americano
Bônus perpétuos	-	8,75% a.a.	Dólar Americano

(*) Refere-se a taxa de juros média dos contratos em 31 de dezembro de 2023.

As tabelas abaixo demonstram o cronograma de vencimento das nossas obrigações de longo prazo, decorrentes de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2023:

Cronograma da Dívida						
Financeira em 31/12/23						
(R\$MM)	2025	2026	2027	2028	Sem vencimento	Total
Debêntures	345.879	173.552	-	-	-	519.431
Capital de giro	2.143	-	-	-	-	2.143
Senior Notes 2025	1.652.812	-	-	-	-	1.652.812
Senior Secured Notes 2026	-	1.183.094	-	-	-	1.183.094
Senior Secured Amortizing Notes	376.994	135.778	-	-	-	512.772
Senior Secured Notes 2028	-	-	-	1.300.272	-	1.300.272
ESSN 2028	-	-	-	3.480.439	-	3.480.439
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	671.072	671.072
Total	2.377.828	1.492.424	-	4.780.711	671.072	9.322.035

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A seguir descrevemos os nossos contratos financeiros relevantes vigentes em 31 de dezembro de 2023:

Debêntures

Em 29 de outubro de 2018, a GLA, controlada da Companhia, emitiu 88.750 debêntures simples, não conversíveis em ações, da 7ª série no montante total de R\$887,5 milhões e custos de emissão de R\$28.739, amortizados ao longo do período 16 da dívida. Os recursos captados foram utilizados exclusivamente para a liquidação antecipada pelo valor de face da 6ª série de debêntures que como consequência, tiveram seus custos integralmente baixados no resultado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a GLA, controlada da Companhia, realizou renegociações relacionadas a alteração no vencimento das séries, cláusulas de vencimento antecipado e na remuneração destas debêntures. Em 26 de outubro de 2021 a GLA realizou a recompra de 4.250 debêntures, totalizando o valor de R\$28.333.

Em 25 de outubro de 2021 foi realizada a 8ª emissão de debêntures pela GLA, controlada da Companhia, utilizados integralmente para refinaranciar a dívida de curto prazo de linhas de crédito de financiamento de importação e para capital de giro, no importe de R\$620.217 e remuneração de CDI + 4,50% a.a. Esta emissão terá vencimento em 27 de outubro de 2024 e os pagamentos de principal e juros serão mensais, após período de carência de 1 (um) ano para principal e de 6 (seis) meses para juros.

Data da Operação	R\$ mil		Taxa de juros (a.a.)	Data de Vencimento
	Principal	Custos e deságio		
25/10/2021	610.217	35.645	CDI + 4,50%	27/10/2024

Em 26 de setembro de 2023 foram realizadas as Assembleias Gerais de Debenturistas que deliberaram a alteração do vencimento da Primeira Série, Segunda Série, Terceira Série da 7ª emissão e Série Única da 8ª emissão de outubro de 2024 para junho de 2026, com nova remuneração de CDI + 5,0% a.a., podendo ser resgatadas antecipadamente pela Companhia.

O saldo em aberto de R\$886.000 será amortizado em 30 parcelas mensais de janeiro de 2024 a junho de 2026. A liquidação está condicionada à criação, pela Companhia, de uma estrutura de antecipação de recebíveis até 25 de janeiro de 2024, cujos recursos obtidos serão utilizados obrigatoriamente e prioritariamente para o pagamento integral do valor correspondente ao montante principal das emissões.

Estas renegociações foram avaliadas de acordo com o CPC 48 – “Instrumentos financeiros”, equivalente ao IFRS 9, e se enquadraram nas definições de modificação contratual.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$347,3 milhões e R\$519,4 milhões, respectivamente.

Capital Giro

Em 2021, 2022 e 2023 a GLA, controlada da Companhia, captou recursos nesta modalidade, com o objetivo de manutenção e gestão de capital de giro da companhia. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Data da Operação	R\$ mil Principal	Taxa de juros (a.a.)	Data de Vencimento
20/04/2020	21.195	8,52%	20/07/2020
20/04/2020	72.000	10,03%	20/07/2020
20/04/2020	94.830	8,99%	18/08/2020
08/05/2020	147.871	CDI + 6,90%	07/08/2020
11/05/2020	10.013	8,60%	10/08/2020
13/05/2020	24.000	CDI + 8,00%	12/03/2021
15/05/2020	254.468	CDI + 2,50%	09/11/2020
07/10/2020	59.795	8,58%	07/12/2020
23/10/2020	10.000	6,90%	23/10/2025
26/11/2020	10.000	10,69%	19/05/2023
15/10/2021	40.000	CDI + 6,80%	13/04/2022
31/08/2022	70.000	CDI + 4,70%	29/02/2024
20/09/2022	40.000	18,53%	20/09/2024

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, GLA, controlada da Companhia, renegociou vencimentos de contratos desta modalidade, com a manutenção das garantias das operações. Tais renegociações tiveram como principal alteração a data de vencimento e taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$36,6 milhões e R\$2,1 milhões, respectivamente.

Financiamentos de importação (Finimp)

Os financiamentos de importação tratam de linhas de crédito junto a bancos privados, utilizadas para financiamento de importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos.

As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da Operação Novas captações	Montante (US\$ mil)	Montante (R\$ mil)	Taxa de Juros (a.a.)
19/02/2020	5.920	25.974	4,07%

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a GLA, controlada da Companhia, renegociou postergação de vencimentos de contratos desta modalidade, com impacto na taxa de juros, divulgados no quadro acima. As demais condições destas operações permaneceram inalteradas. Tais operações fazem parte de uma linha de crédito para financiamento de importações, com o objetivo de manutenção de motores, compra de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos.

O saldo total em aberto destas operações registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023 era de R\$26,0 milhões.

Senior Secured Notes e Exchangeable Senior Secured Notes 2028

Nos termos da transação do acionista controlador divulgada na nota explicativa 1.5, em fevereiro de 2023, a Companhia e a Abra assinaram o Support Agreement com o compromisso de investimento da Abra na Companhia a partir da emissão de Senior Secured Notes com vencimento em 2028.

Para tanto, a Abra concordou em emitir os Senior Secured Notes ("SSNs") com vencimento em 2028, conversíveis em Exchangeable Senior Secured Notes ("ESSNs") com vencimento em 2028

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e o Grupo Ad-Hoc concordou em trocar certos Senior Notes existentes da Companhia (ESN 2024, Senior Notes 2025, Senior Secured Notes 2026 e os Bônus perpétuos) para os SSNs.

Em março de 2023, a Abra emitiu os SSNs e celebrou o Senior Secured Note Purchase Agreement tendo a GOL como garantidora e agente pagadora, a GOL Finance como emissora e com aval da Smiles Fidelidade S.A.. Nesta mesma data, a GOL emitiu Senior Secured Notes 2028 ("SSNs 2028") para a Abra, que preveem o pagamento de juros de 18,0% a.a., pagos semestralmente, sendo que 4,5% são cupons com pagamento em caixa e 13,5% a.a. em PIK (payment in kind). As SSNs 2028 têm como garantia a propriedade intelectual, infraestrutura de sistemas, dados e manuais do programa de fidelidade Smiles, além de garantia de peças compartilhada com as Senior Secured Notes 2026.

Parte da emissão efetuada foi utilizada para recompra de 90,1% do ESN 2024, 47,3% do Senior Notes 2025, 61,4% do Senior Secured Notes 2026 e 9,9% do Bônus Perpétuos, avaliados contabilmente no montante total de R\$5.192.880. Considerando a troca do credor, tais amortizações foram consideradas como extinção parcial, sob a ótica do CPC 48 – "Instrumentos financeiros", equivalente ao IFRS 9. Neste contexto, os custos relacionados a emissão, bem como a diferença entre o valor contábil atribuído à parte desreconhecida pela extinção parcial dos títulos recomprados e o valor nominal do novo passivo assumido, foram reconhecidos diretamente no resultado, vide nota explicativa 33. Além dos valores supracitados, parte da emissão não transitou pelo caixa da Companhia, sendo diretamente transferida pela Abra para pagamento de obrigação da Companhia junto a fornecedor.

Até 29 de setembro de 2023, a Companhia emitiu para a Abra, R\$6.494.496, equivalente a US\$1.258.031 mil, em forma de Senior Secured Notes 2028, cujo valor justo no reconhecimento inicial totalizou R\$6.934.269 (US\$1.343.181 mil). Dado que a transação foi realizada com a Abra, a diferença entre o valor nominal da dívida e o valor justo foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Nesta mesma data, a Companhia realizou a conversão de R\$5.911.181 (US\$1.180.442 mil), de SSNs 2028 em Exchangeable Senior Secured Notes 2028 ("ESSNs 2028"), as quais poderão ser convertidos em ações preferenciais da GOL pela Abra e estarão sujeitos à determinadas condições precedentes, que podem ou não ser atendidas.

As SSNs 2028 convertidas em ESSNs 2028 tinham valor contábil de R\$6.407.575 (US\$1.279.570 mil). Estas alterações foram avaliadas de acordo com o CPC 48 – "Instrumentos financeiros", equivalente ao IFRS 9, e se enquadraram nas definições de desreconhecimento de passivo das SSNs 2028, com a extinção do passivo financeiro original, e reconhecimento de um novo passivo financeiro das ESSNs 2028.

As ESSNs 2028 emitidas em 29 de setembro de 2023 possuem prazo, data de vencimento e pagamento de juros idênticos às SSNs 2028 anteriormente vigentes. No contexto desta transação, a Companhia emitiu um total de 1.008.166.796 bônus de subscrição de ações preferenciais de emissão da Companhia, sendo 991.951.681 subscritos com o propósito de conversão futura das ESSNs 2028, vide nota explicativa 26.3.

A Companhia efetuou a mensuração inicial do valor justo do passivo financeiro, considerando a abordagem de receita, resultando no montante de R\$6.789.995 (US\$1.355.938 mil). Dado que a transação foi realizada com a Abra, a diferença entre o preço de transação da parcela extinta das SSNs 2028 e o valor justo foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Em setembro de 2023, a parcela correspondente a opção de conversão dos títulos em ações a valor de mercado correspondeu a R\$3.409.360 (US\$680.837).

Entre o período de 01 de outubro de 2023 e 31 de dezembro de 2023 a Companhia emitiu Senior Secured Notes 2028 adicionais para a Abra no montante total de R\$407.990 (US\$82.364), cujo valor justo no reconhecimento inicial totalizou R\$22.349 (US\$4.550). Dado que a transação foi realizada com a Abra, a diferença entre o valor nominal da dívida e o valor justo foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado referente a Senior Secured Notes 2028 no passivo circulante e não circulante era de R\$5,0 milhões e R\$1.300,2 milhões, respectivamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado referente a Exchangeable Senior Secured Notes 2028 no passivo circulante e não circulante era de R\$21,2 milhões e R\$3.480,4 milhões, respectivamente

Bônus Sênior

Em 11 de dezembro de 2017, a Gol Finance (anteriormente denominada GOL LuxCo S.A.), controlada da Companhia, emitiu uma série de Bônus Sênior com vencimento em 2025, no valor de R\$1.642.000 (US\$500.000 na data da captação), com custos de emissão de R\$45.172 (US\$ 17.283 na data da captação). Em 2 de fevereiro de 2018, Gol Finance, controlada da Companhia, realizou a emissão adicional do Bônus Sênior com vencimento em 2025, no valor de R\$486.735 (US\$150 milhões na data da captação), com custos de emissão de R\$8.578 (US\$2.873 na data da captação). O Bônus Sênior tem como garantia o aval da Companhia com pagamento de juros semestrais de 7.00% a.a. Os recursos captados têm o propósito de serem utilizados para recompra de outros Bônus e para propósitos corporativos em geral.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$1.652,8 milhões, além de juros a pagar registrado no passivo circulante de R\$48,3 milhões. Em dezembro de 2020, a Gol Finance realizou uma captação de um Senior Secured Notes com vencimento em junho de 2026 e garantidas por alienações fiduciárias de certos ativos: (i) substancialmente toda a propriedade intelectual da Companhia, incluindo patentes, marcas registradas, nomes de marcas e domínios; e (ii) as peças de reposição (spare parts) de aeronaves da GLA. Em maio e setembro de 2021, a Gol Finance realizou duas novas captações de Senior Secured Notes, como emissões adicionais e consolidadas das Senior Secured Notes emitidas em dezembro de 2020.

As captações efetuadas no âmbito dessa operação estão apresentadas a seguir:

Data da Operação	Principal		Custos		Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
23/12/2020	200.000	1.039.340	16.750	86.831	8,00%	30/06/2026
11/05/2021	300.000	1.569.660	11.997	62.784	8,00%	30/06/2026
28/09/2021	150.000	815.910	10.210	55.140	8,00%	30/06/2026

Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no passivo não circulante do Senior Secured Notes 2026 era de R\$1.183,1 milhões.

Senior Secured Amortizing Notes

Em 30 de dezembro de 2022 Gol Finance, controlada da Companhia, emitiu Senior Secured Amortizing Notes com remuneração de 5,00% e vencimento em 2026 (Série A) e Subordinated Secured Amortizing Notes com remuneração de 3,00% e vencimento em 2025 (Série B), em um volume total de US\$196 milhões.

As Notes foram emitidas em troca do cumprimento integral, a 100% do valor de face, de certas obrigações de pagamento de arrendamento de aeronaves que estão sob acordos de diferimento, entre outras obrigações que os arrendadores de aeronaves participantes optaram por trocar por Notes.

As Notes têm um período médio de carência de 12 meses. Após o período de carência, as Notes de Série A serão amortizadas em dez parcelas trimestrais iguais, assim como, as Notes de Série B serão amortizadas em nove parcelas trimestrais iguais e estarão contratualmente subordinadas às Notes da Série A. As Notes podem ser resgatadas pela Gol Finance, controlada da Companhia, a qualquer momento a valor de face e estão garantidas por cessão fiduciária de recebíveis não onerados pela GOL Linhas Aéreas S.A. ("GLA").

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Data da operação	Montante		Custos, prêmios e ágio		Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
27/01/2023	6.993	35.499	365	1.826	5,0%	30/06/2026
20/04/2023	19.976	100.873	578	2.700	3,0%	30/06/2025
07/06/2023	9.000	44.207	214	1.160	3,0%	30/06/2025
19/07/2023	8.970	43.055	34	161	5,0%	30/06/2026
31/12/2023	-	-	(569)	(2.847)	-	-
Total	44.939	223.634	622	3.000		

Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$479,1 milhões e R\$512,7 milhões, respectivamente.

Credit Facility

Em outubro de 2023, a Companhia anunciou a expansão de sua parceria estratégica com a Air France – KLM. Em novembro de 2023 a GOL recebeu os montantes relacionados à linha de crédito totalizando US\$25.000, sendo R\$77.000 (US\$16.000) provenientes da Air France e R\$43.571 (US\$9.000) da KLM, cujo valor justo no reconhecimento inicial de R\$72.892 (US\$14.818) para Air France e R\$41.438 (US\$8.365) para KLM com vencimento em novembro de 2024, sem a incidência de juros.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no passivo circulante era de R\$92,8 milhões.

Bônus Perpétuos

Em 05 de abril de 2006, a Gol Finance, controlada da Companhia (anteriormente denominada GOL LuxCo S.A.), captou recursos mediante emissão de bônus perpétuos denominados em Dólares norte-americanos no valor nominal US\$200 milhões com garantia fidejussória da Companhia e da sua controlada GLA. Os bônus perpétuos não têm vencimento determinado, e podem ser resgatados pelo valor de face após o decurso de cinco anos da data de emissão, com juros de 8,75% a.a. Os recursos captados são para financiamento de aquisição de aeronaves e financiamentos bancários com garantia do U.S. Ex-Im Bank.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no passivo circulante, referente a juros, e não circulante era de R\$13,8 milhões e R\$671,0 milhões, respectivamente.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, não possuíamos qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a lei 11.101 de 2005:

- Obrigações sociais e trabalhistas;
- Impostos a recolher;
- Arrendamento (garantia real);
- Empréstimos e financiamentos;
- Créditos quirografários;
- Créditos subordinados;
- Dividendos e juros sobre capital próprio.

Nos nossos contratos de arrendamento financeiro, o arrendador tem prioridade, em relação aos demais credores, na recuperação da aeronave, nos termos do contrato aplicável.

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

As operações contratadas pela GLA e pela Gol Finance, controladas da Companhia, possuem cláusulas restritivas (covenants) nas Debêntures e na *Senior Secured Amortizing Notes*.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia estava em conformidade com os indicadores previstos nas escrituras da 7ª e 8ª emissão. A próxima obrigatoriedade de mensuração será em junho de 2024.

Na operação do *Senior Secured Amortizing Notes*, a Companhia possui a observância de cumprir com condições de garantias relacionadas a recebíveis trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía recebíveis da GLA em garantia referente a esse contrato que satisfaziam as condições contratuais. A próxima mensuração será em junho de 2024.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia dispõe da possibilidade de contratação de linhas de créditos junto a instituições financeiras e bancos para financiamento do capital de giro e para investimento em nosso negócio.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Cenário Econômico Brasileiro

Como somos uma companhia aérea brasileira com operações primárias no mercado interno brasileiro, somos afetados pelas condições macroeconômicas brasileiras. O crescimento econômico brasileiro é um indicador importante na determinação do nosso crescimento e dos resultados das operações.

As operações da Companhia também são muito sensíveis ao cenário macroeconômico e à volatilidade do Real, dado que aproximadamente 94,3% do endividamento (empréstimos e financiamentos e arrendamentos) está negociado em dólar americano ("US\$") e 48,6% dos custos também são atrelados à moeda americana, e sua capacidade de ajustar o preço das tarifas cobradas de seus clientes para recapturar a variação do dólar americano depende da capacidade racional (oferta) e comportamento dos concorrentes. Em 2023 e 2022, respectivamente, 51,4% e 52,2% dos nossos custos e despesas operacionais foram denominados em reais, respectivamente, e muitos de nossos fornecedores e prestadores de serviços geralmente aumentam seus preços para refletir as taxas de inflação brasileiras.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Indicadores Econômicos	2023	2022
Crescimento do PIB	2,9%	2,9%
Inflação (IGP-M)(1)	(3,18)%	5,5%
Inflação (IPCA)(2)	4,6%	5,8%
Taxa CDI(3)	13,0%	13,7%
Taxa LIBOR(4)	5,6%	4,7%
Taxa de câmbio no final do período	R\$4,841	R\$5,218
Depreciação do Real vs. Dólar norte-americano	7,2%	6,5%
Taxa de câmbio média(5)	4,984	5,163
Preço do WTI (<i>West Texas intermediate</i>) final do período (por barril)	US\$71,65	US\$80,26
Aumento (diminuição) do preço final do WTI por barril	(10,7)%	6,7%
Preço do WTI médio do período (por barril)	US\$77,60	US\$94,33
Aumento (diminuição) do preço médio do WTI por barril	(17,7)%	40,1%

Fontes: Fundação Getulio Vargas, Banco Central, IBGE e Bloomberg.

(1) A inflação (IGP-M) é o índice geral de preços de mercado medido pela Fundação Getulio Vargas;

(2) A inflação (IPCA) é o índice de preços ao consumidor amplo medido pelo IBGE;

(3) LIBOR (London Interbank Offer Rate) do dólar americano para três meses na última data do período;

(4) Representa a média da taxa de venda do dólar americano em cada ano.

A tabela a seguir apresenta nossos principais indicadores financeiros e operacionais em 2023 e 2022:

Informações Operacionais	2023	2022
Passageiros-quilômetro transportados (RPK) (em milhões)	35.316	32.628
Assento-quilômetro oferecido (ASK) (em milhões)	43,055	40.789
Taxa de ocupação (%)	80,0%	82,0%
Uso de aeronave (hora-bloco por dia)	11,0	11,7
Yield líquido por passageiro/km (em centavos)	43,4	44,1
Receita operacional por assento-quilômetro oferecido, líquido (em centavos)	37,3	43,6
Custo operacional por assento-quilômetro disponível (em centavos)	35,9	35,8
Receita operacional líquida (em milhões)	15.198,7	18.774,0
Custo e despesa operacional (em milhões)	(14.641,6)	(16.435,0)
Margem operacional (%)	17,8%	3,7%
Prejuízo líquido (em milhões)	(1.561,5)	(1.222,3)

A tabela abaixo mostra a composição de nossos dados e despesas operacionais com base nos assentos-quilômetro oferecidos em 2023 e 2022:

Custo por ASK (R\$/centavos)	2023	2022
Com pessoal	(5,86)	(5,58)
Combustíveis e lubrificantes	(13,82)	(15,42)
Tarifas de pouso e decolagem	(2,09)	(1,91)
Prestação de serviços	(2,81)	(2,26)
Gastos com passageiros	(1,89)	(2,16)
Comerciais e publicidade	(2,13)	(2,00)
Manutenção e reparo	(3,17)	(1,13)
Depreciação e amortização	(3,87)	(4,22)
Outras	(0,21)	(1,21)
Custo por ASK (CASK)	(35,85)	(35,90)
Custo por ASK excluindo combustíveis (CASK ex-comb.)	(22,03)	(20,48)

Comparação dos resultados operacionais e financeiros e fluxos de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Nosso lucro operacional em 2023 foi de R\$3.338,9 milhões, comparado de R\$557.1 milhões em 2022 e de R\$3.834,6 milhões em 2021. Nossa margem operacional em 2022 foi positiva em 4,0%, um avanço frente à margem negativa de 51,6% em 2021. Em 2023 e 2022 registramos prejuízo líquido de R\$1.222,2 milhões e R\$1.561,5 milhões, respectivamente.

Receitas Operacionais Líquidas

As receitas operacionais líquidas de 2023 aumentaram 25,5 e atingiram R\$18.774,0 milhões.

Em 2023, nossa receita operacional por assento-quilômetro oferecido ("RASK") apresentou um aumento de 23,5%, saindo dos R\$37,26 em 2022 para R\$47,00 em 2023. Isso se deveu a um aumento no yield como resultado do aumento das tarifas e da demanda.

Nossa receita por passageiro por assento-quilômetro oferecido ("PRASK") totalizou R\$40,0 centavos, um aumento de 15,5% frente aos R\$34,7 centavos de 2022.

Custos e Despesas Operacionais

Em 2023, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$15.435,0 milhões, aumento de 5,4% em relação ao ano anterior, principalmente devido a: (i) aumento nas despesas com material de manutenção e reparo.

Os gastos com salários e benefícios com pessoal no ano de 2023 totalizaram R\$2.522,7 milhões, uma alta de 10,7% frente ao ano anterior principalmente devido ao aumento nos salários dos funcionários considerando os ajustes da inflação. Os salários por ASK aumentaram 4,9%, devido ao aumento de assento-quilômetro oferecido. Em 31 de dezembro de 2023, tínhamos 14.395 funcionários totais, representando uma queda de 2,8% em relação a 31 de dezembro de 2022.

Os custos com combustível e lubrificantes em 2023 somaram R\$ 5.950,4 milhões, diminuiu de 5,4% frente ao ano anterior. Os gastos com combustível por ASK reduziram 10,2% devida a a redução do preço médio do QAV, com nível estável de consumo de combustível por assento-quilômetro oferecido.

As despesas com taxas de pouso e decolagens em 2023 foram de R\$901,2 milhões, aumento de 15,9% comparado a 2022, principalmente devido ao aumento da oferta e das decolagens. As taxas de desembarque por quilômetro de assento disponível aumentaram 9,8%, devido ao reajuste médio em determinadas taxas de pouso, navegação e permanência no mercado interno e maior representatividade das taxas internacionais que são superiores as taxas domésticas.

As despesas com prestação de serviços registraram R\$1.209,2 milhões em 2023, aumento de 31,1% frente a 2022. As despesas com prestação de serviços por quilômetro de assento disponível reduziram 24,2% devido ao aumento da oferta, medida por ASK.

As despesas com gastos de passageiros registraram aumento de 8,1% frente a 2022, no total de R\$811,7 milhões em 2023, principalmente devido à redução das despesas relacionadas a acomodações e despesas de viagem resultantes de cancelamentos de voos. As despesas com o serviço de passageiros por quilômetro de assento disponível diminuíram 12,9% pelo reajuste geral de preços indexados pela inflação.

As despesas com comerciais e publicidade de 2023 aumentaram 12,4% no ano, totalizando R\$918,6 milhões, devido ao aumento das campanhas de marketing, comissões sobre vendas e *chargeback* de cartões de crédito. As despesas de vendas e marketing por quilômetro de assento disponível aumentaram 6,5% pelos mesmos motivos.

As despesas com manutenção, materiais e reparos totalizaram em 2023 em R\$1.364,6 milhões, uma redução de 195,6% frente a 2022 principalmente devido a despesas mais elevadas para a devolução de seis aeronaves no período. As despesas com manutenção, materiais e reparos por quilômetro assento disponível aumentaram 180,1% pelos mesmos motivos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas com depreciação e amortização registraram R\$1.667,3 milhões em 2023, diminuíram de 3,1% na comparação anual. As despesas de depreciação e amortização por quilômetro de assento disponível diminuíram 8,2% em relação a 2022, devido ao aumento do ASK, parcialmente compensado pelo recebimento das novas aeronaves.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas aumentaram 81,8% e passaram de uma despesa de R\$492,7 milhões em 2022 para uma despesa de R\$895,2 milhões em 2023, principalmente devido a (i) ganhos superiores em transações de sale-leaseback em 2023 relacionados a 12 aeronaves e 6 motores; e (ii) aumento em 2022 de outras despesas com processos fiscais. Outras despesas, líquidas, por quilômetro assento disponível diminuíram 82,8%, de R\$1,21 centavos para R\$0,21 centavos em 2023, pelos mesmos motivos.

Resultado financeiro

Em 2023, o resultado financeiro líquido registrou R\$2.074,8 milhões negativos, frente aos R\$3.541,6 milhões negativos em 2022. Em 2023, a GOL contabilizou ganhos com variações cambiais de R\$1.177,2 milhões, enquanto em 2022 foram contabilizadas perdas com variações cambiais de R\$ 1.328,2 milhões.

Tributação sobre a renda

O imposto de renda e contribuição social em 2023 foi uma despesa de R\$265,4 milhões, frente a uma despesa de R\$43,7 milhões registrada em 2022.

Fluxo de caixa

Atividades operacionais: tivemos um fluxo de caixa líquido das atividades operacionais de R\$2.168,8 milhões em 2023, em comparação com R\$2.168,8 milhões em 2022.

Atividades de investimento: tivemos fluxos de caixa líquidos aplicado nas atividades de investimento de R\$871,9 milhões em 31 de dezembro de 2023, em comparação com R\$787,5 milhões em 2022.

Atividades de financiamento: tivemos fluxos de caixa líquidos utilizados nas atividades de financiamento de R\$ 626 milhões em 2023, em comparação com R\$1.673,5 milhões em 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A Demonstração do Resultado do Exercício e o fluxo de caixa da Companhia constam nas suas demonstrações financeiras, que estão disponíveis na sede e no site da Companhia, bem como foram divulgados no portal da CVM.

a. resultados das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A nossa receita líquida total é decorrente da receita de transporte de passageiros, da nossa Venda a Bordo, taxas de remarcação, reembolso e cancelamento de passagens, também pelas receitas advindas do “GOL+ Conforto” no mercado doméstico e da venda de assentos “GOL+ Conforto” nos voos internacionais e das receitas auxiliares que compreendem as receitas de cargas, do nosso programa de milhagem Smiles (ex-GOL), entre outras.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossos resultados operacionais em 2023 foram afetados pelos seguintes fatores-chave:

Aumento da receita operacional: A GOL apresenta uma receita líquida total no ano de R\$18.774,0 milhões, 23,5% superior a 2022. Isso se deve ao aumento da demanda no mercado doméstico e internacional de viagens aéreas de lazer e ao aumento do *yield*.

Aumento estrutural do nosso custo operacional que totalizou R\$15.435,0 milhões, aumento de 5,4% em relação ao ano anterior, principalmente: devido a (i) aumento no preço médio por litro de combustível e (ii) aumento nas despesas de vendas e marketing relacionadas ao retorno da demanda.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Variação da Receita Líquida em 2023: A receita líquida apresentou um aumento de 23,5% em relação a 2022. Isso se deve ao aumento da demanda no mercado doméstico e internacional de viagens aéreas de lazer e ao aumento do rendimento.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Preço de combustível: O preço do querosene de aviação varia, tanto no curto quanto no longo prazo, em linha com variações no preço do petróleo cru e de seus derivados, além da variação cambial, tendo em vista que esses desembolsos são precificados em moeda americana.

Em 31 de dezembro de 2023, os gastos com combustível no ano representaram 38,6% dos custos, com um preço por litro médio do querosene de aviação (QAV) atingindo R\$5,05, redução de 13,0% na comparação com o ano anterior. Nesse período, o custo com combustível totalizou R\$5.950,4 milhões.

Tarifas: Temos a permissão de estabelecer nossas próprias tarifas domésticas sem aprovação prévia do governo e de oferecer descontos em seus preços ou seguir outras atividades promocionais.

Em 2023, o *yield*, principal indicador de tarifas utilizado pelo setor, que representa o valor médio pago para voar um quilômetro, apresentou um aumento de 12,6% frente ao ano anterior.

Taxa de câmbio: O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de variação desfavorável das moedas estrangeiras às quais o passivo ou o nosso fluxo de caixa estão expostos. A

2.2 Resultados operacional e financeiro

exposição dos nossos itens patrimoniais ao risco de moeda estrangeira decorre principalmente de arrendamentos e financiamentos em moeda estrangeira.

Taxa de juros: O nosso resultado está exposto às flutuações nas taxas de juros domésticas e internacionais, substancialmente ao CDI e SOFR, respectivamente.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças em nenhuma prática contábil com relação ao período anterior que tenham efeitos significativos sobre as condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não há ressalvas presentes no Relatório do auditor independente referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2023.

Os auditores independentes inseriram parágrafo de ênfase relacionado a continuidade operacional da Companhia, abaixo transcrito, em decorrência do capital circulante líquido negativo. Os planos da Administração para continuidade do negócio estão divulgados na nota explicativa 1.2 das referidas demonstrações.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo, individual e consolidado, de R\$1.222 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante, individual e consolidado, em R\$799 milhões e R\$9.973 milhões, respectivamente. Adicionalmente, em 25 de janeiro de 2024, a Companhia apresentou petições voluntárias de reorganização perante o United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York ("Tribunal de Falências dos Estados Unidos"), pautadas nas regras do código de falências dos Estados Unidos ("Chapter 11"). Conforme apresentado na Nota 1.2, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1.2, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve.

2.5 Medições não contábeis

a. valor das medições não contábeis

Item não aplicável, pois não realizamos divulgações de medições não contábeis nas demonstrações financeiras.

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Item não aplicável, pois não realizamos divulgações de medições não contábeis nas demonstrações financeiras.

c. motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Item não aplicável, pois não realizamos divulgações de medições não contábeis nas demonstrações financeiras.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Senior Secured Notes 2028

Em 22 de janeiro de 2024, a Companhia emitiu para a Abra Senior Secured Notes, no montante de R\$87.335, equivalente a US\$17.647 mil.

Chapter 11

Em 25 de janeiro de 2024, a Companhia e suas subsidiárias entraram voluntariamente com pedido de *Chapter 11* no Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York (Tribunal dos EUA), conforme mencionamos na seção de Estrutura de capital e reestruturação financeira acima.

Em 26 de janeiro de 2024, a Nova York Stock Exchange ("NYSE") suspendeu a negociação das *American Depositary Shares* da Companhia ("ADSs") e solicitará à *Securities and Exchange Commission* o cancelamento da listagem dos ADSs, procedimento usual após a realização do protocolo sob o *Chapter 11*, de acordo com a Seção 802.01D do Manual de Empresas Listadas da NYSE (NYSE Listed Company Manual).

A GOL iniciou o processo legal nos Estados Unidos com um compromisso de financiamento de US\$950 milhões, na modalidade *Debtor in Possession* ("DIP") por membros do Grupo Ad Hoc de Bondholders da Abra e outros *Bondholders* da Abra, os quais foram aprovados pelo Tribunal dos EUA em 29 de janeiro de 2024. Nos dias 29 e 30 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu a primeira parcela do DIP no valor total de US\$350 milhões e em 28 de fevereiro de 2024, o tribunal aprovou a segunda parcela de US\$150 milhões, bem como o adicional de US\$50 milhões financiados pelos detentores de títulos de 2026, elevando assim DIP total para US\$1 bilhão. O financiamento DIP está sujeito a certos objetivos e acordos contratuais.

O financiamento, juntamente com o caixa gerado pelas operações em curso, fornecerá liquidez substancial para apoiar as operações, que seguem normalmente, durante o processo de reestruturação financeira. Com o suporte do processo supervisionado pelo Tribunal e com a liquidez adicional do financiamento DIP, os voos de passageiros da GOL, os voos de carga da GOLLOG, o programa de fidelidade Smiles e outras operações da Companhia continuam operando normalmente.

2.7 Destinação de resultados

a. regras sobre retenção de lucros

De acordo com o Artigo 193, da Lei 6.404/76 e alínea a, do § 2º, do Artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia deve manter uma reserva legal para a qual deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social até o limite em que o montante da reserva seja igual a 20% do capital integralizado. A Companhia não está obrigada a destinar valores à reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital referente à subscrição de ações e produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição, exceder de 30% do capital social. Além disso, sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, nos termos do Artigo 197, da Lei 6.404/76. Considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não haverá distribuição de dividendos aos acionistas referente a este exercício.

b. regras sobre distribuições de dividendos

Conforme Artigo 34, § 2 do Estatuto Social da companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Após essa dedução, destinar-se-á: a) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº. 6.404/76, destinar-se-ão 25% para pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas; c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei n.º 6.404/76; e d) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pelo Conselho de Administração, no pressuposto da aprovação pela Assembleia Geral e caso esta não delibere diversamente.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Anual. Porém, o Conselho de Administração da Companhia poderá determinar o levantamento de balancetes a qualquer tempo, respeitados os preceitos legais, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados (Art. 33, § 2º, do Estatuto Social da Companhia). A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes (Art. 33, § 3º, do Estatuto Social da Companhia).

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

A Lei 6.404/75 em seu Artigo 202, §4º permite que uma companhia de capital aberto suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em qualquer exercício fiscal no qual o Conselho de Administração reporte para a assembleia geral de acionistas que a distribuição seria desaconselhável diante da situação financeira da companhia, assim como no caso de a Companhia possuir prejuízos acumulados referentes a exercícios sociais anteriores. Neste caso, o conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e seus administradores encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da assembleia-geral, a exposição com a justificativa da informação transmitida à assembleia.

2.7 Destinação de resultados

e. se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O artigo 34 do Estatuto Social da Companhia estabelece, em conformidade com a legislação vigente, regras detalhadas e suficientes sobre a destinação dos resultados. O Estatuto Social e demais documentos societários da Companhia encontram-se arquivados no website da Companhia: <https://ri.voegol.com.br/>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não houve.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 101 pedidos firmes (91 em 31 de dezembro de 2022) junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O valor presente dos pedidos firmes em 31 de dezembro de 2023, considerando uma estimativa dos descontos contratuais, corresponde a aproximadamente R\$18.827.647 (R\$20.574.804 em 31 de dezembro de 2022), equivalente a US\$3.888.965 (US\$3.943.271 em 31 de dezembro de 2022), e estão segregados conforme abaixo:

	2023	2022
2023	-	4.234.480
2024	3.882.344	5.847.873
2025	3.349.889	6.970.535
2026	11.595.414	3.521.916
Total	18.827.647	20.574.804

Do total de compromissos apresentados acima, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$6.400.686 (correspondendo a US\$1.322.101 em 31 de dezembro de 2023) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, conforme fluxo financeiro abaixo:

	2023	2022
2023	-	1.642.175
2024	1.439.432	1.990.773
2025	1.132.693	2.355.513
2026	3.828.561	1.182.264
Total	6.400.686	7.170.725

Compromisso de compra de combustível: a Companhia possui compromisso de aquisição futura de combustível aeronáutico com preço fixo para utilização na sua operação. Em 31 de dezembro de 2023, os compromissos de compra até 2024 totalizam R\$538.661.

iii. contratos de construção não terminada

Não houve.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não houve.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não houve.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não existe outros itens relevantes não evidenciado nas demonstrações financeiras.

b. Natureza e o propósito da operação

Item não aplicável.

c. Natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Item não aplicável.

2.10 Planos de negócios

a. investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

É esperado investimentos em CAPEX em torno de R\$ 2,5 Bilhões para o ano de 2023. Tal montante destina-se principalmente para investimentos em aeronaves e motores. A seguir tem-se a segregação em três principais grupos com a representatividade do montante total a ser investido: Motores e TI (~48%), Aeronaves (~40%) e Outros (~12%).

ii. fontes de financiamento dos investimentos

No dia 30 de dezembro de 2022, a GOL Finance, controlada da Companhia, emitiu o *Senior Secured Amortizing Notes* com remuneração de 5,00% e vencimento em 2026 (Série A) e o *Subordinated Secured Amortizing Notes* com remuneração de 3,00% e vencimento em 2025 (Série B), em um volume total de US\$ 196 milhões.

As Notes foram emitidas em troca do cumprimento integral, a 100% do valor de face, de certas obrigações de pagamento de arrendamento de aeronaves que estão sob acordos de diferimento, entre outras obrigações que os arrendadores de aeronaves participantes optaram por trocar por Notes.

O financiamento de tais valores será proveniente de capital próprio, bancos de fomento, outras instituições financeiras e através de prospecções da companhia junto à fornecedores.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

O plano de aceleração da frota da GOL vem sendo impactado pelos desafios logísticos enfrentados pelas principais fabricantes de aeronaves do mundo, e os prazos e datas de entrega de novas aeronaves entre a Companhia e a Boeing vem sendo ajustados periodicamente. Para o ano de 2023, a Companhia ainda espera o recebimento de 15 novas aeronaves, elevando o número de Boeing 737-MAX 8 de sua frota para 53 aeronaves, mantendo sua capacidade operacional.

c. novos produtos e serviços

A Companhia deve seguir no desenvolvimento da operação cargueira recém-lançada, bem como focar no desenvolvimento de novas rotas, na fidelização de seus clientes e em novas fontes de receitas auxiliares.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Em abril de 2022 a GOL assinou um acordo entre seu negócio de logística GOLLOG e o Mercado Livre. O contrato entre as empresas tem duração de 10 anos, prevê uma frota dedicada de cargueiros composta por seis Boeing 737-800 BCF e iniciou as operações no 2S22 (com a operação de 2 cargueiros). Há a possibilidade de adicionar seis aeronaves adicionais de carga até 2025. A introdução das seis aeronaves de carga deverá proporcionar economias no processo de transformação da frota em aproximadamente R\$25 milhões em 2022 e outros R\$75 milhões em 2023.

No mercado doméstico, a Companhia aumentou em 40% a oferta para o Rio de Janeiro na alta temporada e atingiu recorde de assentos em Congonhas, ao passo que se prepara para ofertar novos destinos a partir do primeiro trimestre de 2023, além dos seis aeroportos que passaram a ser atendidos a partir de outubro: Santa Maria (RIA), São José do Rio Preto (SJP), Uberaba (UBA), Uruguaiana (URG), Ipatinga – Vale do Aço (IPN), Araçatuba (ARU) e Juiz de Fora – Zona da Mata Mineira (IZA), que são operados através do acordo com a Voepass.

Em novembro de 2022, a GOL anunciou a ampliação das operações no Centro-Oeste, conectando capitais da região em voos diretos para o Sul e Nordeste durante a alta temporada. Ainda em novembro, a GOL inaugurou o voo entre Salvador e Lençóis, conectando um ponto turístico mundialmente conhecido (Chapada Diamantina) com o Brasil e o mundo. No Sul, a Companhia também consolidou sua presença através de voos inaugurais entre Santa Maria e São Paulo, além de novas rotas que ligam Curitiba a Florianópolis e Porto Alegre.

iv. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Em agosto, a Companhia inaugurou uma nova estrutura interna, totalmente dedicada aos desenvolvimentos e relatórios ESG, que se reporta ao C-Level da GOL.

Sua missão é trazer maior clareza e ação às iniciativas ESG da Companhia, elaborando não apenas um plano claro e abrangente para o alcance das metas, mas também monitorando as iniciativas já em andamento. Os Executivos e Administradores da GOL passaram a ter também uma meta corporativa relacionada aos indicadores ESG, que fará parte do componente variável de sua remuneração anual.

Em setembro de 2022, a GOL comemorou um ano de seu primeiro voo onde a emissão total de carbono foi compensada pela Companhia em parceria com a MOSS. Nos primeiros 12 meses, essa iniciativa inédita compensou mais de 7.290 toneladas de CO2.

No último trimestre de 2023, a GOL também iniciou o projeto *Paperless Cockpit*, que visa digitalizar os documentos da operação, evitando o consumo de aproximadamente 6 milhões de folhas de papel por ano. No 4T22, a GOL recebeu a certificação IenVA Estágio 2 e registrou uma melhora no seu índice CDP, agora com rating B-.

No segmento Social, a Companhia criou e consolidou grupos de Diversidade e Inclusão para atender a pluralidade do seu Time de Águias, abordando temas como: Equidade Racial, Equidade de Gênero, LGBTQ+, Acessibilidade, Gerações e Ambiental. Este grupo será responsável pela criação de indicadores de desempenho e evolução da GOL nestes assuntos. No Instituto GOL, a Companhia registrou 19 instituições que foram apoiadas diretamente, fortalecendo o pilar Educacional da Companhia.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Abaixo demonstra-se a identificação dos principais riscos que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional:

Riscos de mercado

- **Combustível para aeronaves:** A GOL compra combustível de aviação a preços de mercado vigentes, que varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados, mas procura administrar o risco por meio da execução de um programa de hedge documentado. Para gerenciar o risco de preço, a GOL possui contratos de derivativos de petróleo. Além disso, possui contratos lastreados em reais para petróleo com o fornecedor. Praticamente toda a aquisição do combustível é de um fornecedor, a Vibra.

A Companhia utiliza diferentes instrumentos para proteger a exposição ao preço do combustível, a escolha depende de fatores como liquidez no mercado, valor de mercado dos componentes, níveis de volatilidade, disponibilidade e depósito de margem. Os principais instrumentos são futuros como calls, calls spreads, collars e swaps. Alguns destes instrumentos podem gerar marcações a mercado e chamadas de margens ou dispêndios de pagamentos de prêmios para viabilizar suas contratações, podendo gerar impactos na liquidez da Companhia.

Além dos instrumentos financeiros citados, a Companhia possui o ajuste de capacidade como o pilar de controle a fim de mitigar os possíveis efeitos causados por um aumento nos custos variáveis, como o caso dos combustíveis.

- **Moedas estrangeiras:** Uma parte significativa dos custos e despesas operacionais da GOL, incluindo serviços de manutenção de aeronaves e motores, pagamentos de arrendamento de aeronaves e seguro de aeronaves, são denominados em dólares americanos. Além disso, uma parte do endividamento, arrendamentos financeiros, parte do caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo também são denominados em dólares americanos. Para gerenciar o risco de taxa de câmbio, a GOL celebra contratos de derivativos para proteger contra uma possível desvalorização do real em relação ao dólar americano.
- **Taxa de juros:** Os resultados da GOL são afetados por mudanças nas taxas de juros, principalmente devido ao impacto nas despesas de juros resultantes de parte do endividamento e arrendamento financeiro estarem indexados a taxas variáveis, dentro dos contratos, bem como receitas de juros das aplicações financeiras.

A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão por sua vez expostas à variação da taxa Libor até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos do tipo swap de taxa de juros SOFR.

- **Redução na demanda:** Ameaças ou ataques terroristas reais, ou outras hostilidades, mesmo que não feitas diretamente no setor de aviação, podem prejudicar significativamente o setor e as operações da empresa. Desastres globais, como pandemias, também impactam diretamente as operações da empresa.

Redução de tarifas devido à competição

O setor está exposto a concorrência de outros competidores em todas as rotas que são operadas, nos voos fretados existentes e proveniente de novos participantes no mercado doméstico. A concorrência de outras companhias aéreas tem um impacto relativamente expressivo para a Companhia em comparação a outras empresas do setor, uma vez que possuímos uma proporção maior de voos de conexão entre os aeroportos mais movimentados do Brasil, nos quais a concorrência é mais intensa. Por outro lado, alguns de nossos concorrentes têm uma proporção maior de voos que conectam aeroportos menos movimentados, onde há pouca ou nenhuma concorrência. Os atuais concorrentes e os possíveis participantes introduziram no passado, e talvez venham novamente a introduzir, ofertas de tarifas inferiores ao nível de equilíbrio de rentabilidade do mercado ou aumentar a capacidade em suas rotas em

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

um esforço para aumentar as respectivas participações de mercado do tráfego de negócios (clientes de alto valor agregado).

O modelo de negócios da GOL tem como foco: (i) manutenção da rentabilidade por meio da adição controlada, sustentável e responsável da capacidade no patamar compatível ao aumento da demanda, (ii) redução de custos para uma operação mais eficiente, (iii) controle do prazo de inventários de passagens ofertados (*forward bookings*).

Risco de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: risco de liquidez de mercado, que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas.

A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

Incapacidade de pagamento ou rolagem das dívidas

A Companhia está exposta a possíveis dificuldades financeiras, por exemplo, não pagamento de empréstimos ou acordos semelhantes, negação de crédito comercial por parte dos fornecedores, necessidades de reestruturação da dívida para evitar default, não cumprimento dos requisitos legais de capital, e necessidade de procurar novas fontes ou métodos de financiamento ou de dispor de ativos substanciais.

Risco de crédito

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia.

Riscos judiciais, trabalhistas, tributários, cíveis e de consumidor

Os negócios da empresa são intensivos em mão de obra e, portanto, a empresa pode ser afetada se não for capaz de manter relações satisfatórias com seus funcionários ou representantes dos funcionários.

A Companhia e seus controladores estão envolvidos em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas. A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como prováveis, possíveis ou remotos. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Exceto pelos riscos relacionados às variações de preços de combustível de aviação, moedas estrangeiras e taxas de juros, abrangidos pela Política interna de Riscos de Mercado, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos para aqueles mencionados no item 4.1, no entanto entende a importância desta prática que está em andamento e será validada pelo conselho da cia.

A Companhia possui uma estrutura para gestão de riscos corporativos consistente e alinhada com as melhores práticas de Governança, que abrange uma equipe dedicada ao tema – Diretoria de Riscos Corporativos, *Compliance* e Controles Internos, bem como metodologia e processos específicos para a identificação e qualificação de riscos, definição de medidas de prevenção, tratamento, mitigação, monitoramento e reporte. O mapa de riscos da Companhia contempla aspectos, como: estratégico, financeiro, operacional, tecnológico e conformidade.

Embora ainda não tenha uma política de gerenciamento de riscos formalizada, a Companhia conta com outras políticas que contribuem para essa abordagem. Dentre estas, destacamos:

- 1) Políticas Contábeis e de Auditoria: A Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”), responsável pelas Políticas Contábeis e de Auditoria da Companhia. Tais políticas objetivam, entre outros, a revisão dos processos de controle da Companhia, a avaliação da eficácia dos controles internos e o acompanhamento de questões relacionadas aos riscos corporativos e de compliance da Companhia.
- 2) Política da Segurança da Informação: Com o objetivo de proteger, zelar e garantir as informações de sua propriedade ou sob sua custódia, a Companhia possuiu uma Política da Segurança da Informação, elaborada pelo Departamento de Segurança da Informação e aprovada pelo Diretor Presidente da Companhia. Essa política busca assegurar a integridade e a segurança das informações corporativas para suporte à tomada de decisão e operação dos processos de negócios, buscando a melhor relação entre inovação, custo e eficácia operacional, através de soluções de sistemas. Essa política consiste em um conjunto formal de regras que devem ser seguidas pelos usuários dos recursos da Companhia.
- 3) Política de divulgação de Incidentes e Governança de Segurança Cibernética: Tem por objetivo atender aos requisitos de governança de segurança cibernética referente a divulgação de incidentes e riscos com partes interessadas internas e externas. O Programa de Segurança Cibernética é dividido em três pilares (Governança, Riscos e Compliance) com objetivo de proteger os ativos de informação, tais como sistemas, computadores e servidores contra ameaças cibernéticas.
- 4) Políticas de Ética e Conduta: A Companhia possui um Código de Ética e um Manual de Conduta que servem como guias práticos de conduta pessoal e profissional, a ser utilizado por todos os colaboradores em suas interações e decisões diárias no exercício de suas atribuições. Todas as pessoas ligadas à Companhia devem pautar a sua atuação em princípios éticos e nos valores descritos nesses normativos, que refletem um padrão comportamental irrepreensível. Adicionalmente, a Companhia possui Diretrizes de Conduta para Terceiros na relação com a GOL, as quais devem ser aceitas por todos os fornecedores no momento do seu cadastro.
- 5) Política de Gestão de Caixa: O CAE citado acima, também detém as seguintes funções e responsabilidades: (a) revisar e adotar medidas de gestão de caixa da Companhia, deliberando sobre medidas realizadas no último período e estratégias para o curto e longo prazo (b) avaliar a efetividade de todas as medidas constantes do item (a) e recomendar alterações quando necessário; (c) analisar o plano de investimentos, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração; (d) analisar

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

o impacto do endividamento atual da companhia e estratégia de estrutura de capital e suas consequências nos resultados da Companhia, bem como recomendar as alterações necessárias ao Conselho de Administração; (e) estabelecer parâmetros para manutenção da estrutura de capital e liquidez desejadas, além de monitorar sua aplicação e aprovar as novas estruturas de captação e/ou investimento a serem executados no trimestre subsequente; e (f) aprovar alterações da Política de Gestão de Caixa.

- 6) Política interna de Riscos de Mercado: O CAE, citado acima, detém ainda as seguintes funções e responsabilidades: (a) elaborar e aprovar alterações na política existente de riscos de mercado, bem como acompanhar e analisar a sua implementação, quando aplicável; (b) analisar periodicamente os impactos dos ativos, especialmente no que corresponde a variações dos preços de combustível de aviação, moedas estrangeiras e taxas de juros, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração; e (c) aprovar estratégia de mitigação dos riscos de mercado através de instrumentos de derivativos com a finalidade de proteção à exposição aos riscos citados no item (i) abaixo.

- (i) os riscos para os quais se busca proteção

- Taxa de câmbio de moedas estrangeiras;
- Preço do combustível de aviação;
- Taxa de juros que servem de indexadores para contratos financeiros.

- (ii) os instrumentos utilizados para proteção

Conforme a Política interna de Riscos de Mercado utiliza-se instrumentos de derivativos exclusivamente para proteção à exposição dos riscos citados no item (i) acima. Não é permitido realizar operações de caráter especulativo.

- Os instrumentos derivativos deverão ser listados em bolsas de mercadorias e/ou futuros, brasileiras ou internacionais, ou negociados no mercado balcão com contrapartes aprovadas pela Política da Companhia;
- Os derivativos negociados no ambiente balcão deverão ser contratados por cotação competitiva entre pelo menos 3 (três) contrapartes;
- Todos os instrumentos deverão ter preços transparentes em mercados públicos ou computáveis por modelos de conhecimento público;
- Aprovado um novo instrumento derivativo pelo CAE, este passará automaticamente a integrar a “Lista de Instrumentos Derivativos Aprovados para Hedge”;
- Um fator de risco só pode ser protegido com um instrumento derivativo que tenha objeto diferente do fator se um estudo de efetividade demonstrar a correlação entre ambos.

- (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

- 7) Política de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa: A Companhia possui um Comitê de Governança Corporativa e Pessoas, responsável por (a) assegurar as melhores práticas de Governança Corporativa e coordenar o processo de implementação de tais práticas; (b) indicar possíveis candidatos ao Conselho de Administração, recomendar ao Conselho parâmetros para compensação dos executivos e planos de sucessão e revisar políticas de compensação para o corpo de funcionários; (c) zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Administração e pelo relacionamento deste com a Diretoria e com os acionistas; (d) revisar periodicamente e recomendar as alterações necessárias nas práticas de Governança Corporativa adotadas pela Companhia; (e) revisar periodicamente o Código de Ética da Companhia, assim como outros documentos relacionados à Governança Corporativa; (f) manter o Conselho de Administração informado e atualizado acerca das regulamentações e recomendações praticadas no mercado; (g) elaborar perfis para os cargos do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (h) apresentar, entrevistar e indicar, permanentemente, candidatos aos cargos do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; e (i) conferir, aprovar e acompanhar a implementação, certificação e manutenção dos requisitos estabelecidos pela Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, assim como todos os requisitos exigidos pela legislação brasileira de direito societário e de mercado de capitais, bem como dos órgãos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de fiscalização do mercado de valores mobiliários; (j) criar e revisar periodicamente a Política de contratação da Companhia com suas partes relacionadas; (k) revisar periodicamente e recomendar as políticas de gestão dos recursos humanos para o Conselho de Administração, acompanhando o desenvolvimento e seus principais indicadores; (l) avaliar e recomendar investimentos no desenvolvimento de retenções de talentos e processos sucessórios na Companhia; (m) acompanhar e validar as pesquisas de clima organizacional e remuneração comparativa do mercado; (n) revisar e recomendar os programas de desenvolvimento de pessoas; (o) acompanhar e validar o programa de avaliação de desempenho individual dos colaboradores; (p) revisar e recomendar ao Conselho de Administração o salário, bônus, opções para compra de ações, políticas de remuneração e outros eventuais benefícios para os colaboradores da Companhia e verificar se estão de acordo com o mercado e com o desempenho dos colaboradores; (q) revisar periodicamente e avaliar as mudanças no programa de outorga de opções da Companhia e fazer recomendações ao Conselho de Administração; e (r) revisar o Plano de Metas e resultados da Companhia.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O objetivo das políticas adotadas pela Companhia é o de fornecer e indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

i. riscos para os quais se busca proteção

Riscos inerentes à Companhia, ao cenário macroeconômico e setorial, bem como relacionados a questões de segurança, privacidade e integridade da informação, a novas leis e regulamentações, aumentos de tributos incidentes e de *compliance*, surgem no curso normal das atividades da Companhia, que analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o potencial impacto sobre seu desempenho, em consonância com suas políticas.

ii. instrumentos utilizados para proteção

As políticas adotadas pela Companhia para mitigação de riscos são implementadas por meio dos seguintes instrumentos:

Áreas de Auditoria Interna, Riscos Corporativos, Compliance e Controles Internos: A Companhia realiza auditorias internas, supervisionadas por seu Comitê de Auditoria Estatutário, tendo como objetivo, dentre outros, (i) revisar os processos de controle da Companhia, identificando e apontando para o Conselho de Administração os assuntos críticos, riscos financeiros e regulatórios identificáveis; (ii) avaliar os sistemas de alerta prévia para riscos efetivos e potenciais; (iii) avaliar, por meio de testes, a eficácia dos controles internos da Companhia e recomendar mudanças, caso necessário; e (iv) acompanhar as questões de *compliance* da Companhia. Dessa forma, as auditorias visam detectar e remediar riscos em potencial ou irregularidades já ocorridas.

A Diretoria de Riscos Corporativos, Compliance e Controles Internos tem como objetivo ampliar e fortalecer a governança da Companhia sob estes aspectos. A área de Controles Internos atua como apoio aos *Process Owners* na identificação, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos transacionais, incluindo o desenho e a implementação de controles que visam minimizar a exposição aos riscos identificados.

Privacidade: O Programa de Privacidade e Proteção de Dados estabelece continuamente regras, processos, análise de riscos e ferramentas para proteger o tratamento de dados pessoais das atividades, projetos e produtos da Companhia e manter a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (lei 13709/18). Ainda, prevê o atendimento às reclamações e solicitações de direitos dos titulares de dados dentro dos requisitos de forma e prazo conforme previstos na Lei. Todas as atividades de tratamento de dados são registradas e conferidas e adaptadas para

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

garantir as suas legitimidades. Os projetos e produtos da Companhia são avaliados pelo risco à privacidade dos titulares envolvidos e ajustados para nenhum ou impacto irrelevante. Quando há impacto não esperado aos titulares de dados com certa relevância, planos de tratamento e reporte ao Comitê de Auditoria Estatutário são realizados para que medidas de suspensão ou redução de riscos sejam implantadas e acompanhadas. O compartilhamento de dados pessoais com terceiros é controlado de forma que sempre haja legalidade e segurança da informação. A prévia avaliação de riscos de privacidade em terceiros é realizada nas contratações da Companhia.

Segurança da Informação: Tendo em vista que a informação é um dos principais ativos de competitividade da Companhia, esta possui uma Política de Segurança da Informação rigorosa, objetivando a confidencialidade em relação aos negócios, clientes, concorrentes, colaboradores, fornecedores e parceiros da Companhia. Por meio de um conjunto de regras formais, todos os colaboradores da Companhia são orientados a manter qualquer informação como sigilosa e confidencial, conforme Código de Ética da Companhia.

Ademais, todos os colaboradores devem estar sempre atualizados em relação às respectivas políticas bem como seus procedimentos, buscando orientações de seu gestor ou da área de Segurança da Informação quanto à aquisição, uso e/ou descarte de informações. Os ambientes e sistemas são monitorados, de forma a garantir a adequada utilização, uso e/ou descarte de informações.

Relacionamento com Terceiros: A Companhia adota práticas rígidas na negociação e administração de todas as atividades comerciais. Os parceiros de negócio e fornecedores da Companhia são respeitados e reconhecidos como importantes agentes entre os públicos de relacionamento com a Companhia. No processo de contratação, os fornecedores e parceiros considerados de risco passam por prévia *due diligence* anticorrupção e todos os fornecedores somente se tornam aptos a se relacionar com a Companhia após aceitar as Diretrizes de Conduta para Terceiros na Relação com a GOL. A Companhia também evidencia as exigências para que todos os parceiros de negócio e fornecedores atendam à legislação vigente, com especial atenção para o cumprimento da legislação aplicável aos negócios da Companhia. De acordo com o Código de Ética, os colaboradores envolvidos no processo de seleção ou que se envolvam pessoalmente com fornecedores devem procurar seus superiores imediatos para comunicar qualquer tipo de vínculo pessoal com empresas e/ou profissionais que prestem serviços à Companhia. Além disso, os colaboradores não podem receber propinas, pagamentos impróprios e doações de fornecedores em troca de concessão de vantagens comerciais ou benefícios bem como presentes que ultrapassem o valor estabelecido na respectiva política de brindes, presentes e hospitalidades.

Relacionamento com os Órgãos Públicos: A Companhia mantém o mais alto nível de integridade na relação com representantes do governo, respeitando as prescrições morais de forma transparente, sendo que os órgãos governamentais recebem tratamento profissional e isento. Dessa forma, conforme estabelecido na Política Anticorrupção da Companhia, todos os colaboradores da Companhia são orientados a (i) não dar ou receber qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, presentes, serviços ou qualquer benefício de valor com o objetivo de suborno ou tratamento especial; (ii) cumprir a legislação e não executar qualquer ação que viole as leis e regulamentos vigentes; e (iii) manter um relacionamento ético, transparente e de credibilidade com os órgãos governamentais. Adicionalmente, a Companhia possui uma política de interações com agentes públicos, que estabelece as diretrizes a serem observadas no que se refere a comunicações e reuniões presenciais de todos os colaboradores com Agentes Públicos.

Canal de Ética: A Companhia possui um Canal de Ética, tanto on-line quanto telefônico, destinado ao relato de violações ao Código de Ética, bem como ao envio de críticas e sugestões para melhoria do Programa de *Compliance* da Companhia. As denúncias deste canal são recepcionadas por uma empresa externa e independente, que garante a integridade e sigilo absoluto dos relatos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

iii. estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme mencionado e já exposto nos itens acima, a Companhia adota uma estrutura organizacional integrada entre diferentes órgãos da Administração e Comitês da Companhia, que gerenciam e monitoram seus riscos de acordo com seus valores, princípios e diretrizes.

O Comitê de Ética, vinculado diretamente ao Presidente da Companhia, é composto por representantes das áreas de Gente e Cultura, Jurídico, Auditoria Interna e Riscos Corporativos, *Compliance* e Controles Internos. Este Comitê é responsável por acompanhar e avaliar casos de violação do Código de Ética, resolver dúvidas e dilemas éticos, debater sobre dúvidas de interpretação do texto, estimular o comprometimento dos colaboradores com o Código de Ética e promover palestras e eventos de conscientização, envolvendo toda a empresa.

O Comitê de Auditoria Estatutário fica a cargo de monitorar e gerenciar as Políticas Contábeis e de Auditoria. Sendo assim, tal comitê é responsável por monitorar as seguintes atividades: (i) revisar os processos de controle da Companhia, identificando e apontando para o Conselho de Administração os assuntos críticos, riscos financeiros e regulatórios identificáveis; (ii) avaliar os sistemas de alerta prévio para riscos efetivos e potenciais; (iii) avaliar a eficácia dos controles internos da Companhia e recomendar mudanças, caso necessário; (iv) acompanhar as questões de *compliance* da Companhia; (v) assistir o Conselho de Administração em assuntos relativos a Contabilidade, Controles Internos, Reportes Financeiros, de Auditoria e *Compliance*; e (vi) elaborar e aprovar as políticas de risco da Companhia, bem como acompanhar e analisar a sua implementação na Companhia, quando aplicável.

A Diretoria de Tecnologia da Informação tem como missão assegurar a integridade e a segurança das informações corporativas para suporte à tomada de decisão e à operação dos processos de negócio, buscando a melhor relação entre inovação, custo e eficácia operacional, através de soluções de sistemas. Sua estrutura organizacional atende às áreas de negócio da Companhia e o suporte à infraestrutura da tecnologia da informação. As práticas adotadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação estão alinhadas ao *framework* internacional de TI adotado – o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*).

O Comitê de Governança Corporativa e Políticas de Gestão de Pessoas é composto por até 6 (seis) integrantes eleitos pelo Conselho de Administração, sendo ao menos, como membros efetivos, o Presidente do Conselho de Administração e dois Conselheiros e, como membros técnicos especiais, 2 especialistas externos e, eleitos para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A verificação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos e controles é feita por meio do reporte ao Comitê de Controles Internos e ao Comitê de Auditoria Estatutário, cuja missão é assegurar conjuntamente a integridade, adequação e a eficácia dos controles internos. O Comitê de Ética também avalia regularmente a aplicabilidade do Código de Ética e Conduta da Companhia a fim de aprimorá-lo caso identifique novos riscos atrelados às atividades desenvolvidas por seus colaboradores.

Adicionalmente, é importante ressaltar que os trabalhos nas mais diversas áreas da Companhia passam por testes para avaliação dos controles internos. Como resultado, as questões relevantes são discutidas e validadas com as áreas responsáveis, com o posterior registro em relatório e reporte independente à Presidência, Vice-presidências e Diretoria Executiva. A depender da gravidade do assunto, algumas questões são oportunamente apresentadas ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração para a tomada de decisões.

5.2 Descrição dos controles internos

A Companhia implementa e monitora os controles internos de modo a fornecer à Administração e aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações contábeis e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável por estabelecer e manter controles internos eficazes sobre os relatórios financeiros. Nossos controles internos sobre os relatórios financeiros destinam-se a oferecer garantias razoáveis com relação à preparação e à apresentação adequada das demonstrações financeiras publicadas. Em virtude de suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros não poderá impedir ou detectar declarações inverídicas.

Para a avaliação dos seus controles internos, a Administração utiliza os critérios e diretrizes estabelecidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission in Internal Control – Integrated Framework*, ou COSO 2013 – Estrutura Integrada, de forma a aprimorar a performance e supervisão organizacional.

Tais critérios exigem uma documentação completa dos processos, políticas, sistemas, riscos e controles inerentes ao tema e uma supervisão, através de testes específicos, da qualidade do seu desempenho e execução. As avaliações são feitas, inicialmente, pelos *process owners* (responsáveis pelos processos), em seguida pela área de Controles Internos e por fim pela área de Auditoria Interna da Companhia. Todas estas avaliações são documentadas e discutidas e os seus resultados, quando não satisfatórios, são tratados através de planos de ação específicos e monitorados tempestivamente pelos executivos e pelos *process owners*, a fim de evitar que erros, em contas que possuem materialidade, possam ferir o conjunto de assertivas realizado pela gestão da Companhia. A área de Controles Internos monitora e reporta para a Administração mensalmente o status dos controles internos da Companhia, incluindo os planos de ação com responsáveis e prazos.

A avaliação sobre os controles internos da Companhia realizada pela Administração não apontou a existência de deficiências significativas em 31 de dezembro de 2023. As demais deficiências de controle identificadas foram classificadas como não significativas e não geraram distorções nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. O sistema de controles internos está em constante evolução, acompanhando e atualizando as principais mudanças ocorridas na Companhia.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma área exclusiva para o monitoramento, aprimoramento e atualização dos controles internos, denominada Gerência de Riscos, Processos e Controles Internos. Possui também uma estrutura de Auditoria Interna independente, que realiza testes específicos de controles internos de acordo com o plano de auditoria anual aprovado e acompanhado pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

A Administração designa gerentes e diretores como *process owners*, que atuam na execução, gestão e no funcionamento diário dos controles internos, bem como nos planos de mitigação de deficiências, com o suporte e orientação da Gerência de Riscos e Controles Internos, sempre que necessário.

5.2 Descrição dos controles internos

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, supervisiona as áreas de Governança da Companhia, monitora a evolução dos controles internos e o tratamento das deficiências de controle, supervisionando as ações de mitigação, quando aplicável, junto à Administração da Companhia e à Diretoria de Auditoria Interna.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão do grau de eficiência de controles internos da Companhia é de responsabilidade do Comitê de Auditoria Estatutário, onde é feita a supervisão periódica da eficácia dos Controles Internos da Companhia. As áreas de Riscos Corporativos, *Compliance* e Controles Internos apoiam os *Process Owners* na identificação, avaliação, comunicação, tratamento e monitoramento dos riscos através de relatórios periódicos. Estes relatórios são monitorados e debatidos com a Administração no Comitê de Auditoria Estatutário. Tais relatórios demonstram o funcionamento dos controles internos, informando (i) as deficiências de controle existentes com a identificação do cronograma e status dos planos de ação, risco envolvido no processo e o seu respectivo controle compensatório ou definitivo a ser implantado; (ii) grau das deficiências identificadas, bem como (iii) a mensuração do índice de efetividade nos últimos 12 meses. Além disto, também é realizado o acompanhamento dos planos de ação e destacados processos específicos que demandam ação conjunta dos gestores.

A Administração tem como prática a inclusão no seu programa de metas a eficiência e eficácia de controles internos, como forma de engajamento e aderência à cultura dos controles internos, que é acompanhada e medida pelas áreas de Gestão e Controles Internos, respectivamente. A evolução das metas é periodicamente divulgada para a Administração da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O estudo, a avaliação e a comunicação sobre os controles internos da Companhia conduzidos pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, não apontaram deficiências significativas.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Durante 2023, trabalhamos para remediar as deficiências significativas relacionadas ao desenho e execução efetiva de controles de aplicativos específicos em determinadas situações relacionadas ao processo de emissão de bilhetes no sistema de atendimento ao passageiro Sabre e controles relativos às conciliações contábeis, que foram robustecidos em 2023, remediando, assim, as deficiências significativas de controle acerca destes temas, apontada no exercício anterior.

Para todas as deficiências reportadas, classificadas como não significativas, foram criados planos de ação, que são monitorados constantemente pela Companhia.

Não foram identificados indícios de fraude ou qualquer distorção material nas demonstrações da Companhia em função das deficiências mencionadas.

5.3 Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A GOL possui um Programa de *Compliance* denominado Rumo Certo – Ética e *Compliance* que consiste num conjunto de mecanismos de integridade gerenciados por um time de especialistas em *Compliance*. Dentre as suas atividades, a área de *Compliance* dedica-se à identificação, prevenção e mitigação de riscos de corrupção e outros riscos de atuação interna em descumprimento aos valores da Companhia. A identificação e as análises dos riscos são feitas por diversos meios como, por exemplo, através de entrevistas e mapeamento junto às áreas da Companhia. Tais análises e mapeamentos são atualizados periodicamente. Adicionalmente, quando necessário, a Companhia conta com o apoio de terceiros para efetuar análises de riscos com foco em corrupção.

No que se refere a políticas e procedimentos, além das diretrizes de seu Código de Ética, a GOL possui políticas voltadas para temas sensíveis para *Compliance*, adaptadas a seus riscos próprios, a exemplo das políticas de *Compliance*, Conflito de Interesses, Anticorrupção, Presentes, Brindes e Hospitalidades, Partes Relacionadas, Doações e Patrocínios e de Interação com Agentes Públicos, dentre outras. De forma a difundir a cultura ética e as diretrizes do Código de Ética e demais políticas e procedimentos, a GOL efetua treinamentos presenciais e on-line, periódicos e obrigatórios, bem como emite diversos materiais de comunicação relacionados a *Compliance* para todos os colaboradores, incluindo a alta administração, que também participa nas comunicações reforçando o comprometimento da Alta Liderança da Companhia.

Existem diversos mecanismos implantados que permitem monitoramento de processos sensíveis como, por exemplo, alertas para avaliação prévia de transações consideradas de risco. A área de *Compliance* também possui um plano anual de teste de processos sensíveis de forma a identificar e mitigar riscos, e aprimorar os controles existentes. Adicionalmente, a área de *Compliance* executa Procedimentos *Due Diligence* anticorrupção, aplicados aos fornecedores de maior risco, aos beneficiários de patrocínios, de apoios sociais, dentre outros parceiros considerados de risco nos termos do procedimento de *due diligence* anticorrupção.

Ao longo de 2020 a 2023, a GOL manteve as suas atividades de *compliance* e os seus controles internos funcionando sem interrupções (preservou processos, equipes e orçamento), apesar do cenário desafiador.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A GOL atualmente possui as seguintes estruturas e procedimentos, todas formalmente aprovados:

- Canal de Denúncias Independente que se reporta a um Comitê de Ética, que é responsável pelo tratamento de relatos;
- Diretoria Executiva de Auditoria Interna independente, responsável pela auditoria dos processos internos, incluindo os processos relevantes para o programa de integridade e reportando-se ao CAE;
- Comitê de Auditoria Estatutário (CAE);
- Comitê de Ética, que se reporta ao Presidente Executivo e ao CAE;
- Diretoria Executiva de Riscos Corporativos, *Compliance* e Controles Internos, responsável pela definição, implantação e gestão do Programa Rumo Certo, com reporte

5.3 Programa de integridade

direto ao Presidente Executivo e acesso independente ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

iii. Se possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.**

A GOL Possui um Código de Ética e um Manual de Conduta que reforça questões relacionadas à ética nos negócios e ao combate à corrupção. Este documento é aplicado a todos os colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês Estatutários, no exercício de suas funções ou atribuições. O Código de Ética e o Manual de Conduta são aprovados formalmente pelo Conselho de Administração.

O documento é de fácil acesso através da home-page principal, no tópico *Compliance* - <https://www.voegol.com.br/pt/a-gol/compliance>

A GOL possui ainda as Diretrizes de Conduta para Terceiros na GOL, que precisam ser aceitas por todos os fornecedores no ato de cadastro e que estão disponíveis na Portal do Fornecedor da Companhia: https://static.voegol.com.br/voegol/2024-02-09/FINAL_-_Diretrizes_de_Conduta_de_Terceiros_no_Relacionamento_com_a_GOL_-_PT.pdf#_ga=2.42330790.2024709513.1715979127-907279515.1710357772&_gac=1.81453541.1713888798.CjwKCAjwuJ2xBhA3EiwAMVjkVJkmKXNs4ecjRxK_zQ4Q9B6tnJfCjVH-f4oAb8l6x9Ywrzvux8HugBoCpyoQAvD_BwE

- **se com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.**

Todos os colaboradores e membros da administração são treinados em relação ao Código de Conduta periodicamente.

O Programa Rumo Certo – Ética e *Compliance* conta com uma ampla campanha de comunicação, que visa à divulgação desse conjunto de iniciativas de fomento da cultura de *compliance* por toda a Companhia, bem como das alterações do Código de Ética e das novas políticas internas. Esta campanha inclui, por exemplo, comunicados por e-mail sobre os principais temas das políticas relacionadas a *compliance*, o lançamento de uma página de *Compliance* na website da Companhia disponível a todos colaboradores e terceiros com informações sobre o Programa, uma nova área dedicada ao tema no portal corporativo interno e no aplicativo do Colaborador, bem como outras ações pontuais com mensagens-chave, entre outras iniciativas.

Os temas abordados pelos vídeos dos treinamentos incluem: combate à corrupção; cultura de *compliance*; papéis e responsabilidades no âmbito do Programa Rumo Certo, com especial enfoque no papel do gestor; conflito de interesses; relacionamento com órgãos públicos; relacionamento com público interno e externo; entre outras questões. Ao final dos treinamentos, por exemplo, é aplicado um questionário para verificar o entendimento dos conteúdos pelos participantes.

De modo a ampliar a difusão da cultura de *compliance* foi desenvolvido um programa de treinamento periódico para maior engajamento de todos por meio de comunicação constante sobre Ética e *Compliance* e, sendo ministradas diversas sessões de treinamento presencial para integrantes de diversos níveis hierárquicos, sobre *Compliance* e principais processos associados. Nosso objetivo é reforçar nossa cultura de ética e a eficácia de nossos controles a todas as áreas da Companhia comunicando as principais diretrizes e identificando riscos que possibilitem criar planos de mitigação adaptados à realidade da sua área de atuação e gerando maior proximidade junto à área de *Compliance*.

5.3 Programa de integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.**

As sanções estão previstas no Manual de Conduta e incluem: (i) advertência verbal; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão por 1 (um) dia; (iii) suspensão por 2 (dois) dias; e (iv) demissão por justa causa.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

Tanto o Código de Ética quanto o Manual de Conduta tiveram seu conteúdo e forma revisados e aprovados pelo Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia em março de 2024. O Código de Ética está disponível em: www.eticanagol.com.br e <https://www.voegol.com.br/pt/a-gol/compliance>.

b. Canal de denúncia

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Ética (www.eticanagol.com.br/ Telefone: 0800 800 1101) é um meio para manifestar preocupações, dúvidas e sugestões a respeito de comportamentos que possam ferir princípios de atuação, regras, normas e procedimentos da organização. Este canal é externo e independente.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal está aberto a colaboradores e ao público externo.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

É garantida a possibilidade de anonimato e proteção aos denunciantes de boa-fé. Ao finalizar o chamado, é gerado um número de protocolo que permite a consulta do andamento da análise pela GOL.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As análises e apurações de relatos enviados ao Canal de Ética são realizadas por uma equipe interna e especializada. Além disso, para garantir a avaliação de casos de violação ao código, esclarecer dúvidas, resolver dilemas éticos e estimular o comprometimento dos colaboradores com uma conduta íntegra, a GOL conta com um Comitê de Ética, formado por executivos da Companhia.

c. Procedimentos adotados em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia possui políticas e procedimentos que demandam a análise prévia de *Compliance*, para os casos de operações de aquisição de empresas, fusões e incorporações, venda de empresas, dentre outras.

5.3 Programa de integridade

d. Caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais não adotou controles nesse sentido

Não se aplica.

5.4 Alterações significativas

Não alterações significativas que julguemos relevantes em relação a esta Seção 5.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevantes em relação a esta Seção 5.